

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais)

ATIVO		PASSIVO			
	2014	2013		2014	2013
CIRCULANTE	16.517	15.872	CIRCULANTE	1.051	1.328
Disponibilidades	101	106	Outras obrigações	1.051	1.328
Aplicações interfinanceiras de liquidez	16.287	15.755	Fiscais e previdenciárias	203	204
Operações compromissadas	16.287	15.755	Diversas	848	1.124
Operações de arrendamento mercantil	-	(3)	Exigível a longo prazo	159	304
Arrendamentos a receber setor privado	-	8	Outras obrigações	159	304
(+) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	-	(4)	Diversas	159	304
(-) Provisão para operações de arrendamento mercantil	-	(7)	Patrimônio líquido	17.151	16.782
Outros créditos	109	14	Capital:		
Diversos	109	14	Capital social	11.867	11.867
Outros valores e bens	20	-	Reserva legal	599	580
Outros valores e bens	20	-	Outras	4.685	4.335
Realizável a longo prazo	1.125	1.496			
Outros créditos	1.125	1.496			
Diversos	1.125	1.496			
Permanente	719	1.046			
Imobilizado de arrendamento	695	722			
Bens arrendados	2.092	2.885			
Depreciação acumulada	(1.397)	(2.163)			
Diferido	24	324			
Gastos de organização e expansão	140	965			
Amortização acumulada	(116)	(641)			
TOTAL DO ATIVO	18.361	18.414	TOTAL DO PASSIVO	18.361	18.414

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 E SEMESTRE FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros				
	Capital realizado	Legal	Outras	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	11.867	538	3.536	-	15.941
Lucro líquido do exercício	-	-	-	841	841
Destinação do lucro:					
Reservas especiais de lucro	-	-	799	(799)	-
Reserva legal	-	42	-	(42)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	11.867	580	4.335	-	16.782
Lucro líquido do exercício	-	-	-	369	369
Destinação do lucro:					
Reservas especiais de lucro	-	-	350	(350)	-
Reserva legal	-	19	-	(19)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	11.867	599	4.685	-	17.151
Saldos em 30 de junho de 2014	11.867	591	4.542	-	17.000
Lucro líquido do semestre	-	-	-	151	151
Destinação do lucro:					
Reservas especiais de lucro	-	-	143	(143)	-
Reserva legal	-	8	-	(8)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	11.867	599	4.685	-	17.151

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 E SEMESTRE FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	2º Semestre		Exercícios
	2014	2013	
Receitas da intermediação financeira	1.020	2.060	9.504
Operações de arrendamento mercantil	140	407	8.126
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	880	1.653	1.378
Despesas da intermediação financeira	(59)	(124)	(7.231)
Operações de captação no mercado	-	-	(287)
Operações de arrendamento mercantil	(59)	(126)	(7.009)
Reversão/Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	2	65
Resultado bruto da intermediação financeira	961	1.936	2.273
Outras despesas operacionais	(677)	(1.172)	(1.627)
Outras despesas administrativas	(498)	(1.177)	(1.881)
Despesas tributárias	(236)	(273)	(96)
Outras despesas operacionais	(39)	(143)	(209)
Outras receitas operacionais	86	421	559
Resultado operacional	284	764	646
Resultado não operacional	-	-	(39)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	284	764	607
Imposto de renda	(8)	(13)	401
Contribuição social	(39)	(60)	(46)
Ativo fiscal diferido	(86)	(322)	(121)
Lucro líquido do semestre/exercícios	151	369	841
Lucro líquido por ação do capital social - R\$	0,01	0,05	0,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 E SEMESTRE FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de Reais)

	2º semestre		Exercícios
	2014	2013	
Lucro líquido do semestre/ exercício ajustado	333	963	8.593
Lucro líquido do período antes do imposto de renda e contribuição social	284	764	607
Reversão/despesa com provisões fiscais	(53)	(143)	(32)
Insuficiência de depreciação	33	15	5.737
Reversão/Constituição de provisão para operações de arrendamento de liquidação duvidosa	-	(2)	(66)
Depreciações e amortizações	68	310	2.347
Constituição da provisão para desvalorização BNDU	1	19	-
Varição de ativos e obrigações	(121)	(437)	(7.939)
(Aumento)/Redução em operações de arrendamento mercantil	-	(2)	(33)
(Aumento)/Redução em outros créditos e outros valores e bens	3	(84)	110
Aumento/(Redução) em outras obrigações	(81)	(269)	(6.585)
Aumento/(Redução) em resultado de exercícios futuros	-	-	(184)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(43)	(82)	(1.247)
Atividades operacionais - Caixa líquido proveniente/aplicado	212	526	654
Alienação de imobilizado de arrendamento	-	11	377
Aplicações no diferido	-	(10)	(289)
Atividades de investimentos - Caixa líquido proveniente/aplicado	-	1	88
Aumento/(Redução) em depósitos	-	-	(6.380)
Atividades de financiamentos - Caixa líquido proveniente/aplicado	-	-	(6.380)
Aumento líquido/redução de caixa e equivalente de caixa	212	527	(5.638)
Saldo de caixa e equivalentes no início do semestre/exercício	16.176	15.861	21.499
Saldo de caixa e equivalentes no final do semestre/exercício	16.388	16.388	15.861
Aumento líquido/redução de caixa e equivalente de caixa	212	527	(5.638)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) iniciou suas atividades em 2000, tendo por objeto social a prática de operações permitidas nas disposições legais e regulamentares em vigor, inerentes às sociedades de arrendamento mercantil, bem como a participação em outras sociedades.

As demonstrações financeiras do exercício de 2014, foram aprovadas pela diretoria em 29 de janeiro de 2015.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25).

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme.

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e, considera a Portaria MF nº 140/84, que considera como abaixo:

- As receitas de arrendamento mercantil, calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período; e
- O ajuste ao valor presente das operações de arrendamento mercantil.

b. Estimativas contábeis

Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas contábeis e premissas incluem o valor residual do ativo permanente, a provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de arrendamento mercantil, o ativo fiscal diferido e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. A Sociedade revisa as estimativas e premissas mensalmente.

c. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

d. Ativos circulante e realizável a longo prazo

Caixa e equivalente de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em operações compromissadas, cujos vencimentos das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresenta risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela sociedade para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Operações de arrendamento mercantil e provisão para operações de arrendamento mercantil
As operações de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda máxima). As rendas das operações de arrendamento mercantil vencidas a mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de arrendamento que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para arrendamento mercantil, considerada suficiente pela administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 6d.

Créditos tributários

Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização, considerando o histórico de rentabilidade da entidade e expectativas de resultados futuros, e referem-se, principalmente, às diferenças temporárias no cálculo de imposto de renda e contribuição social. Os créditos tributários foram constituídos às alíquotas de 15%, acrescida de 10% de adicional para o imposto de renda e de 15% para a contribuição social. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e reversão das respectivas provisões sobre os quais foram constituídos.

Ativos contingentes

A Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil não reconhece ativos contingentes, exceto quando há decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado e que não caiba mais recurso. A Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil não apresenta ativos contingentes reconhecidos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Outros ativos

São demonstrados pelos valores de custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base pro rata dia) auferidos e, quando aplicável, ajustados aos valores de mercado ou de realização.

Ativo permanente

Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com o seguinte aspecto:

- Depreciação do custo dos bens arrendados reconhecida pelo método linear no prazo de vida útil do bem considerando, quando aplicável, uma redução de 30% na referida vida útil para pessoa jurídica, segundo o determinado pela Portaria MF nº 140/84, sendo: pessoa física - 20% ao ano (vida útil de 60 meses) e pessoa jurídica - 28,57% ao ano (vida útil de 42 meses).
- Diferido refere-se a perdas de arrendamento, sendo a amortização das perdas de arrendamento mercantil reconhecida pelo prazo de vida útil remanescente dos bens arrendados.

e. Passivo circulante e exigível a longo prazo

Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social é constituída sobre bases tributáveis às seguintes alíquotas:

- Imposto de renda - 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício.
- Contribuição social - 15% sobre o lucro tributável.
- O imposto de renda diferido, são calculados sobre a superveniência de depreciação.

Passivos contingentes e obrigações legais

Os passivos contingentes são contabilizados com base em informações dos assessores jurídicos e no histórico de perda referente aos valores reivindicados em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, para processos classificados com perda provável. As obrigações legais cuja legalidade/constitucionalidade estejam eventualmente sendo discutidas judicialmente, são devidamente provisionadas.

Outros passivos

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias (em base "pro rata" dia) incorridas.

4. SUPERVENIÊNCIA DE DEPRECIAÇÃO

As diretrizes contábeis adotadas para a contabilização das operações atendem às normas do BACEN, específicas para sociedades de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular nº 1.429/89, do BACEN, a Sociedade registrou o valor classificado em insuficiência de depreciação durante o exercício de 2014 no valor de R\$ 15 (R\$ 5.737 em 31 de dezembro de 2013), classificada em despesas de arrendamento mercantil, equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros das operações de arrendamento, determinado com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação. O saldo acumulado da provisão para superveniência de depreciação, no montante de R\$ 695 (R\$ 709 em 31 de dezembro de 2013), está classificado em Imobilizado de Arrendamento.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Representado por operações compromissadas:

	2014	2013
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	16.287	15.755
Total	16.287	15.755

6. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

	a. Composição da carteira de arrendamentos a receber por ramo de atividade (valor presente)	
	2014	2013
Setor privado:		
Comércio	-	5
Pessoa Física	-	5
	-	10

b. Composição da carteira de arrendamentos a receber por vencimento das parcelas (valor presente)

	2014	2013
Vencidas (*)	-	7
A vencer até 90 dias	-	3
	-	10

(*) parcelas vencidas até 14 dias.

c. Concentração de risco de crédito

	2014	2013
Dez maiores devedores	-	5
	-	5

d. Composição da carteira de arrendamentos a receber e correspondente provisão para créditos de liquidação duvidosa nos níveis de risco, conforme estabelecido pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil Em 31 de dezembro de 2013

Nível de risco	Percentual de provisão - %	Curso		Valor da carteira (Valor Presente)	Provisão
		Normal	Anormal (*)		
B	1,0	3	-	3	-
H	100,0	7	7	7	7
		10	7	10	7

e. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa no período

	Exercício	
	2014	2013
Saldo inicial	7	175
Reversão/Constituição no período	(2)	(66)
Créditos baixados como prejuízo	(5)	(102)
Saldo final	-	7
Recuperação de crédito baixado	(145)	(227)

7. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

	2014	2013
Veículos e afins	2.092	2.885
Superveniência de depreciação	695	709
Depreciação acumulada	(2.092)	(2.872)
	695	722

Os contratos de arrendamento mercantil contêm cláusulas de opção de compra e de seguros dos bens objetos de arrendamento, a favor do arrendador.

8. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2014	2013
Crédito tributário (Nota 11c)	970	1.292
Devedores diversos - país	210	169
Devedores por Depósito em Garantia	54	49
	1.234	1.510

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS


NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais)

...continuação	Últimos cinco anos					Total	2014		2013		2º semestre de 2014				
	2020	2021	2022	2023	2024		2014	2013	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Contribuição social															
Adições temporárias:															
Provisão para contingências fiscais	-	-	-	-	-	17									
Provisão para contingências cíveis	1	1	1	-	-	13									
Crédito baixado como prejuízo	-	-	-	-	-	145									
Depreciação de contratos atraso imobilizado	-	-	-	-	-	189									
Outros	-	-	-	-	-	-									
Total de créditos tributários em 31 de dezembro de 2014.....	2	2	2	1	1	970									
O valor presente deste crédito tributário monta a R\$ 736 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 849 em 31 de dezembro de 2013), considerando a taxa SELIC de 11,75% ao ano. Os critérios e constituição e realização de créditos tributários estão assim apresentados:															
<ul style="list-style-type: none"> A constituição do crédito tributário foi efetuada com base nas adições temporárias no período corrente; A realização dos créditos tributários constituídos, existente em 31 de dezembro de 2014, foi estimada de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, sobre o desfecho das provisões são de: 11,22% no ano de 2015, 38,93% no ano de 2016, 40,04% no ano de 2017, 6,43% no ano de 2018, 2,56% no ano de 2019, 0,21% no ano de 2020, 0,21% no ano de 2021, 0,16% no ano de 2022, 0,12% no ano de 2023 e 0,12% no ano de 2024. Estas estimativas serão revisadas anualmente; Os créditos tributários são reconhecidos considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, baseado em estudo técnico, que considera as expectativas da administração quanto à realização dos referidos créditos, projeções orçamentárias da instituição e indicadores econômicos financeiros. 															
12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	O capital social está representado por 7.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas por acionistas domiciliados no País.														
Reserva legal	É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.														
13. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS							2014	2013							
Despesas de amortização							310	1.073							
Serviços de terceiros							505	446							
Despesa de processamento de dados							117	30							
Outras despesas administrativas							72	99							
Serviços técnicos especializados							66	80							
Despesas de comissão							-	22							
Despesa de publicação							57	72							
Serviços sistema financeiro							50	54							
Despesas de seguro							-	5							
							1.177	1.881							
14. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS							2014	2013							
Reversão de provisões para contingência							179	164							
Recuperação de crédito baixado com prejuízo							198	227							
Rendas de cobrança							-	20							
Reversão/desvalorização							-	34							
Outras receitas operacionais							44	114							
							421	559							
15. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS							2014	2013							
Provisão para contingências							77	139							
Indenização de ações contrárias							38	7							
Outras despesas operacionais							-	5							
Despesa com despachante							9	24							
Desvalorização de BNDU							19	34							
							143	209							
16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	A controladora direta da empresa é a Honda South America Ltda., sendo a controladora final a Honda Motors Co. com sede no Japão.														
17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 a Sociedade não possuía saldos de instrumentos financeiros derivativos, cuja divulgação seja requerida nos termos das normas e instruções do BACEN.														
18. OUTRAS INFORMAÇÕES															
a. Ouvidoria	Foi instituída pela Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil uma unidade de Ouvidoria. A Ouvidoria tem como incumbência representar os clientes usuários dos produtos e serviços da Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, para tanto, a diretoria da Empresa garante todas as condições para que o funcionamento da Ouvidoria seja pautado pela transparência, independência e imparcialidade no trato com os clientes e no acesso às informações que forem necessárias.														
b. Gerenciamento de riscos	Para atendimento ao requerido nas Resoluções do CMN nº 3.380/06, 3.464/07, 4.090/12, 3.988/11 e 3.721/09 a Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil dispõe de estrutura específica para gestão de riscos, as atividades são centradas no monitoramento e gestão dos riscos: <ul style="list-style-type: none"> Operacional De Mercado De Liquidez De Capital De Crédito Para nortear essas atividades a Diretoria da Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil instituiu políticas específicas para Gestão de cada risco. As descrições dessas estruturas estão evidenciadas no site da Honda Leasing e os relatórios detalhados dessas atividades estão disponíveis na sede da instituição.														

A DIRETORIA

CONTADOR: ELVIS FLAUSINO GONÇALVES - T.C. CRC 1SP206096/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

<p>Aos Diretores e ao acionista da Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil - São Caetano do Sul - SP</p> <p>Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Leasing), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.</p> <p>Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras</p> <p>A Administração da Leasing é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.</p> <p>Responsabilidade dos auditores independentes</p> <p>Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres</p>	<p>de distorção relevante.</p> <p>Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Leasing para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Leasing. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p> <p>Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.</p> <p>Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras</p> <p>A Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para</p>	<p>superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa às demonstrações financeiras nº 2 e 3. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado do período e do patrimônio líquido findo em 31 de dezembro de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.</p> <p>Opinião com ressalva</p> <p>Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.</p> <p>São Paulo, 11 de fevereiro de 2015</p> <p> Auditores Independentes CRC 2SP014428/O-6</p> <p>Giuseppe Masi Contador CRC 1SP176273/O-7</p>
---	--	--